Petista condena os privilégios

SÃO PAULO — O deputado estadual Roberto Gouveia (PT) está tentando colocar uma pedra no caminho da aposentadoria de vários ocupantes de cargos eletivos, como os próprios deputados estaduais, os vereadores e prefeitos. Nesta fase de elaboração de emendas para a nova Constituição estadual, Gouveia reativa o debate sobre a Carteira Especial de Previdência Social — mecanismo criado na Assembléia Legislativa de São Paulo que beneficia os parlamentares com uma aposentadoria com salário integral (hoje em torno de NCz\$ 7 mil), exige o cumprimento de um mandato mínimo de apenas dois anos e esvazia os cofres públicos. “É um privilégio vergonhoso”, afirma o deputado. “Esta carteira é um negócio sem similar no mercado financeiro”, compara.

Derrotada em maio do ano passado por 45 votos contra 11, a emenda que extingue a Carteira e determina igualdade entre a aposentadoria de um parlamentar e a de qualquer cidadão comum retorna ao plenário sustentada por 10.852 assinaturas colhidas no estado e baseada no parecer jurídico do advogado Celso Bastos, especializado em Direito Constitucional. Em seu parecer, Bastos argumenta que a Carteira Especial fere cinco artigos da nova Constituição, classifica o mecanismo como exdrúxulo e considera nababesca a aposentadoria de ocupantes de cargos eletivos.

Precoce — O primeiro artigo da Constituição desrespeitado é o 5º, que estabelece a isonomia ou o princípio de que todos são iguais perante a lei. Os 15 anos a mais de contribuição e trabalho que o cidadão comum deve cumprir para ter direito à aposentadoria integral quebram esse princípio, segundo o jurista. No artigo 24, a Constituição deixa claro que os estados têm autonomia para criar um mecanismo próprio de aposentadoria, desde que este respeite os preceitos constitucionais e seja aplicado em todo o seu território. No caso da Carteira Especial, a aposentadoria chega precocemente apenas para quem tem cargo eletivo, deixando de fora todo o resto da população, cerca de 32 milhões de pessoas.

Já o artigo 40 passeia pelas possibilidades de aposentadoria de qualquer servidor público, mas não faz menção alguma sobre quem ocupa cargo eletivo. O mais grave para Celso Bastos, porém, são os artigos 195 e 201, que, em resumo, atribuem parcelas iguais de contribuição para a previdência a título de aposentadoria, a serem pagas pelo governo, pelo empregador e pelo empregado. Na Carteira Especial, as obrigações são divididas ao meio, cabendo metade ao contribuinte e a outra metade ao governo. Quando acaba o mandato, o parlamentar passa a ser contribuinte voluntário da Carteira Especial, dobra sua parcela de contribuição (de NCz\$ 860,00 para NCz\$ 1.720,00, em valores atuais) e dobra também a parte paga pelo governo, nos mesmo valores. Ou seja, depois de seu mandato, o parlamentar começa a custar mais caro para o estado.

“Os parlamentares não deveriam legislar em causa própria”, concorda o tributarista Ives Gandra Martins, professor de Direito Tributário na Universidade Mackenzie, embora não encontre respaldo constitucional para defender a proposta do deputado petista, nem respaldo moral para o privilégio casuisticamente criado pelos legisladores. “O trabalhador comum também não tem segurança no emprego”, compara o tributarista. “O argumento dos parlamentares de que o mandato é curto não tem sentido algum”, conclui.